

PROCESSO	- A.I. Nº 03227500/96
RECORRENTE	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO	- BARRA MÓVEIS LTDA.
RECURSO	- RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 1ª JF nº 0011-001/01
ORIGEM	- INFAZ BONOCÔ (INFAZ BROTAS)
INTERNET	- 31.05.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0177-12/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. **a)** ENTRADAS. Constatando-se, um mesmo exercício diferenças tanto de entrada como de saídas através de levantamento quantitativo, se o valor das entradas omitidas for superior, deve ser exigido o imposto, tomando-se por base o valor das entradas não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. **b)** SAÍDAS. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto, tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. **c)** FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. Multa acessória absorvida pela multa aplicada sobre a obrigação principal. Questões preliminares ultrapassadas em decisão anterior. Mantida a decisão recorrida.. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício da decisão da 1ª. Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração nº 03227500/96, exigindo pagamento do imposto no valor de R\$9.819,56, em razão das seguintes infrações:

1. omissão de vendas de mercadorias tributáveis nos exercícios de 1992 a 1995;
2. multa formal de 5% sobre o valor remanescente das omissões de entradas de mercadoria no estabelecimento sem o devido registro fiscal.

Na Decisão Recorrida, os julgadores constataram a regularidade do procedimento adotado na apuração do imposto, porque em conformidade com a Portaria nº 445/98. No mérito, sobre os exercícios de 1992 e 1993, foram constatados valores de omissão de entradas superiores ao de saídas, por isso, conforme art. 70, XXI, b, 2, c/c parágrafo 16º, do RICMS/89, deve-se tomar por base para a cobrança do imposto as operações de saídas anteriormente realizadas sem a emissão de

documentos fiscais e, conseqüente, falta de lançamento na escrita, aplicando-se a multa de 70%, que absorve a penalidade relativa à falta de escrituração das entradas.

Com a constatação de omissões de saídas com valores superiores ao das entradas nos exercícios de 1994 e 1995, invocaram os dispositivos anteriormente citados para afirmar que o imposto deve ser apurado com base na diferença de maior expressão monetária (as operações de saídas omitidas), aplicando a multa de 70% que absorve a penalidade relativa a falta de escrituração das entradas.

Em vista desses dados, sobre o exercício de 1992, manteve a cobrança do imposto no valor de R\$5,36, conforme apuração do autuante, porque o revisor encontrou valor superior e naquele momento não se poderia aumentar o valor apurado no lançamento do autuante; para o exercício de 1993, o autuante e o revisor constataram o valor de R\$235,23 como débito de imposto; no exercício de 1994 confirmou o imposto apurado pelo revisor no valor de R\$3.627,33 e, por fim, no exercício de 1995 manteve a exigência de R\$4.046,14, apurado pelo autuante, porque o valor encontrado pelo revisor foi maior e no momento não mais se poderia aumentar o valor do imposto exigido.

No total da autuação, reduziu o valor do imposto para R\$7.914,06.

VOTO

Mantenho o inteiro teor da Decisão Recorrida, devido ao acerto de seus argumentos e pela descrição precisa do procedimento fiscal adotado.

Conforme art. 70, XXI, "b", 2, c/c parágrafo 16º, do RICMS/89 e art. 13, I, Portaria nº 445/98, ao se verificar a existência de valores de omissão de entradas superiores ao de saídas, como no caso dos exercícios de 1992 e de 1993, deve-se tomar por base, para a cobrança do imposto, as operações de saídas anteriormente realizadas sem a emissão de documentos fiscais e sem o lançamento na escrita, aplicando-se a multa de 70%, que absorve a penalidade relativa à falta de escrituração das entradas. Por isso, agiu-se corretamente ao manter a cobrança do valor de R\$235,23 de imposto sob o exercício de 1993, porém mantida a cobrança do valor de R\$5,36 sob o exercício de 1992 apurada pelo autuante, uma vez que, embora o revisor tenha encontrado valor superior, é inconcebível o agravamento da cobrança já na fase de tramitação do processo administrativo.

Com base na mesma combinação de dispositivos legais, ao se verificar a existência de omissões de saídas com valores superiores ao das entradas, como no caso dos exercícios de 1994 e 1995, deve-se tomar por base, para a cobrança do imposto, a diferença de maior expressão monetária (as operações de saídas omitidas). Por isso, está correta a confirmação do imposto apurado pelo revisor no valor de R\$3.627,33 para o exercício de 1994, assim como a manutenção do valor de R\$4.046,14, apurado pelo autuante porque, como o valor encontrado pelo revisor foi maior, não se pode agravar a exigência do imposto na fase de tramitação processual.

Por fim, a aplicação da multa de 70%, conforme já descrito, absorve a penalidade exigida na infração 2 referente à falta de escrituração das entradas.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 03227500/96, lavrado contra **BARRA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.914,06**, atualizado monetariamente, acrescido de multa de 70%, prevista no art. 61, VIII, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de Maio de 2002.

HELCÔNIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PROFZ